U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA

Da Adversidade à Violência Filio-Parental: Poderá o Passado fazer-se Presente na Adoção?

Joana Sousa Torres

M

2026

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Da Adversidade à Violência Filio-Parental: Poderá o Passado fazer-se Presente?

Joana Sousa Torres

Novembro 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, área de especialização de Psicologia da Justiça e da Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Doutora Joana Lara Soares e coorientada pela Professora Doutora Maria Barbosa Ducharne.

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do/da autor/a no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o/a autor/a declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O/A autor/a declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, o/a autor/a declara que recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, utilizou-se ChatGPT para apoio na tradução e organização do texto, sem implicação em decisões analíticas, interpretação estatística ou produção dos resultados. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da Dissertação integralmente da responsabilidade do/a autor/a.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Joana Lara Soares, por todo o apoio, orientação, disponibilidade, exigência, correções e acompanhamento ao longo deste percurso. Pelo incentivo constante a fazer sempre melhor, por ter despertado o meu interesse numa área que não era a minha e por todo o cuidado demonstrado no decorrer deste caminho.

À minha coorientadora, Professora Doutora Maria Barbosa-Ducharne, pela forma clara e apaixonada com que transmitiu conhecimento e por todo o apoio e disponibilidade ao longo deste percurso.

Aos meus pais e à minha avó, por me terem dado a possbilidade de seguir os meus sonhos, por serem o meu apoio constante e o colinho para quem quero sempre voltar. Obrigada por me terem dado a possibilidade de estudar na cidade onde sempre quis, obrigada por terem acreditado em mim, muitas vezes mais do que eu própria e por me demonstrarem o que é o amor incondicional.

Aos meus amigos de Viana, Tiago e Ana, pela constância e segurança que me dão por ter uma amizade que, mesmo com a distância, nada muda. Obrigada pelos mil e um cafés, pelas risadas mais genuínas e pelas conversas profundas, sabendo que vamos dizer as maiores barbaridades uns dos outros.

À Núria, à Barbara Gomes e à Barbara Mota, por serem as minhas pessoas, por terem feito destes 5 anos os mais bonitos e cheios de memórias. Nunca vos conseguirei explicar o quão grata estou por ter partilhado o caos, a felicidade, a frustração e a euforia com vocês. Por me terem mostrado o que é viver na tranquilidade de ter um apoio incondicional.

Ao Tiago, o melhor padrinho e apoio que poderia ter escolhido, por ser o meu conforto e segurança, por me ter feito crescer, por me ter amparado nas minhas quedas e por ter acreditado sempre no melhor que eu tinha para dar.

À minha pequenina, Beatriz, que me mostrou que o exemplo vem de baixo para cima, que me fez crescer e ter mais confiança em mim. Estarei eternamente grata por seres a minha bebé, por seres o meu orgulho e por seres a amizade constante, pura e mais cintilante de todas as constelações.

Ao meu amor, Miguel, por seres o equilibrio que preciso, por mostrares que acreditas em mim mais do que ninguém e por me mostrares que sou capaz de alcançar todos os meus sonhos. Obrigada por demonstrares todos os dias do que é feito o amor.

Por fim, queria agradecer à Joana de 15 anos que decidiu ser psicóloga, por me ter proporcionado experiencar coisas que nem eu esperava e por me ter dado a possibilidade de crescer. Termino este percurso com a certeza de que sou uma pessoa e uma profissional excessional, com paixão por aquilo que construi em mim e na minha profissão.

Resumo

As Experiências Adversas na Infância (EAI) constituem acontecimentos potencialmente relevantes para o desenvolvimento, assumindo particular importância no contexto das crianças e adolescentes adotados, cujas trajetórias podem ser marcadas por experiências de perda, separação, institucionalização, violência doméstica e outras formas de adversidade. Paralelamente, a violência filio-parental (VFP) tem recebido crescente atenção na literatura, embora a investigação deste fenómeno em famílias adotivas permaneça limitada. Assim, o presente estudo procurou caracterizar as EAI em crianças e adolescentes adotados, caracterizar a VFP em famílias adotivas e explorar a relação entre estes dois fenómenos. Foram consideradas informação relativas a 173 crianças/adolescentes no primeiro momento de avaliação (T1) e a 52 no segundo momento (T2), no âmbito do projeto *AdoPt – Follow-up em Pós-Adoção*. As EAI foram caracterizadas com base na informação reportada pelos pais adotivos no questionário sobre Experiências e Contextos do Passado da Criança e a VFP foi avaliada através do Child-to-Parent Violence Questionnaire – Parents´ Version (CPV-Q-P). Os resultados evidenciaram uma elevada exposição cumulativa à adversidade, diversidade de domínios, destacando-se a falta de competências parentais e a negligência. Relativamente à violência filio-parental, os comportamentos de controlo apresentaram maior expressão, seguidos da violência psicológica, embora se tenha observado uma exposição global reduzida. Não foram encontradas associações estatisticamente significativas entre as quatro dimensões das EAI e as diferentes formas de VFP. Os resultados contribuem para aprofundar o conhecimento sobre as EAI e a VFP em famílias adotivas, salientando a importância de continuar a investigar sobre fatores individuais, relacionais e familiares envolvidos neste fenómeno.

Palavras-chave: experiências adversas na infância, violência filio-parental, adoção, famílias adotivas, pós-adoção

Abstract

Adverse childhood experiences (ACEs) are events that may be relevant to development and take on particular importance in the context od adopted children and adolescents, whose life trajectories may be marked by experiences of loss, separation, institutionalization, domestic violence, and other forms of adversity. At the same time, child-to-parent violence (CPV) has received increasing attention in the literature, although research on this phenomenon in adoptive families remains limited. Thus, the present study sought to characterize ACEs in adopted children and adolescents, characterize CPV in adoptive families, and explore the relationship between thesetwo phenomena. Data were collected from 173 children/adolescents at the first Assessment time point (T1) and 52 at the second time point (T2), as part of the longitudinal AdoPt – Post-Adoption Follow-up Project. ACEs were characterized based on information reported by adoptive parents in the questionnaire on the Child´s Past Experiences and Contexts, and CPV was assessed using the Child-to-Parent Violence Questionnaire – Parent´s Version (CPV-Q-P). The results revealed high cumulative exposure to adversity across a variety of domains, with a particular emphasis on lack of parenting skills and neglect. Regarding child-to-parent violence, controlling behaviors were most prevalent, followed by psychological violence, although overall prevalence was low. No statistically significant associations were found between the four dimensions of ACEs and the different forms of child-to-parent violence. The results contribute to a deeper understanding of ACEs and CPV in adoptive families, highlighting the importance of continuing to investigate the individual, relational and family factors involved in this phenomenon.

Keywords: adverse childhood experiences, child-to-parent violence, adoption, adoptive families, post-adoption

Ao longo dos anos, a investigação científica tem consolidado evidências de que as crianças adotadas, independentemente do momento em que a adoção ocorre – mais precocemente, no início da vida, ou em fases posteriores, como na infância/adolescência – apresentam um risco acrescido de dificuldades de adaptação e ajustamento psicológico (Askeland et al., 2017; Palacios & Brodzinsky, 2010). Estas dificuldades podem estar relacionadas com as experiências de adversidade e trauma vividas por estas crianças no período prévio à adoção, que podem contribuir para uma maior vulnerabilidade emocional e comportamental (McSherry & McAnee, 2022).

Antes do processo de adoção, estas crianças/adolescentes poderão ter sido expostas a experiências de adversidade, como a negligência, o abuso físico, psicológico e sexual ou a privação emocional, tanto no seio da família biológica como em instituições de acolhimento, vivenciando também múltiplas transições e o cuidado de múltiplos cuidadores, numa trajetória desenvolvimental marcada por grande instabilidade (Brodzinsky et al., 2022; Skandrani et al., 2019). Dado que as interações humanas constituem um alicerce essencial para o desenvolvimento cerebral (Tottenham, 2020), a ausência ou degradação do cuidado responsivo e a rotatividade, instabilidade e superficialidade nos cuidados comprometem o funcionamento neurológico da criança (Nelson et al., 2020), podendo aumentar significativamente o risco de desajustamento psicológico pós-adoção (Brodzinsky et al., 2022).

Brodzinsky el al. (2022) afirmaram que criar um filho adotivo é geralmente mais complexo e desafiante do que criar um filho biológico, uma vez que os primeiros transportam um histórico de perdas, adversidades e traumas vividos precocemente. Ainda assim, estudos como o de Skandrani et al. (2019) mostram que os pais que adotam têm, por vezes, dificuldade em reconhecer esses traumas e perdas, tendo os autores observado que alguns pais tendem a negar o impacto das experiências prévias à adoção nas vivências emocionais e afetivas dos seus filhos, e quando estas se revelam em problemas, estes tendem a ser minimizados. Em contrapartida, perante eventos adversos ocorridos no período pós-adoção, os pais tendem a mostrar maior aptidão para verbalizar a experiência afetiva, tanto a própria como a dos filhos. Esta negação do sofrimento e do impacto do trauma passado pode refletir uma tentativa de distanciamento das repercussões emocionais nos próprios pais (Skandrani et al., 2019). Uma possível explicação para este fenómeno poderá residir na presença de respostas de trauma secundário nos pais que adotam, uma vez que o contacto continuado com as experiências traumáticas dos filhos pode gerar sofrimento emocional significativo e mecanismos de evitamento que dificultam o reconhecimento e a elaboração dessas vivências (Duncan et al., 2025). Todavia, a capacidade dos cuidadores de identificar os estados mentais e atribuírem

significado às experiências afetivas dos filhos, poderá ajudar a aliviar o impacto destes traumas e contribuir para desenvolvimento afetivo da criança/adolescente (Skandrani et al., 2019).

Este estudo pretende explorar, segundo a perspetiva dos pais adotivas, as experiências de adversidade e trauma, vividas pelos seus filhos, antes da adoção.

Experiências Adversas na Infância

As experiências adversas na infância (*Adverse Childhood Experiences* - ACEs) têm assumido relevância na investigação contemporânea, referindo-se a eventos traumáticos e estressantes ocorridos precocemente, tais como a violência físico, emocional e/ou sexual; negligência física e/ou emocional; e a disfunção familiar manifestada através da violência doméstica, doença mental parental, encarceramento de membros da família ou divórcio dos pais (Narayan et al., 2021; Navas-Martínez & Cano-Lozano, 2023). As EAI emergem em diversos contextos, incluindo os contextos social, doméstico, familiar e intergeracional, influenciando o desenvolvimento da criança. Neste sentido, os fatores de risco categorizados em fatores sociais, referem-se à pobreza, desemprego, discriminação e isolamento social que poderão contribuir para o aumento do stress familiar e limitar o acesso a recursos essenciais, estando associados a maior risco de negligência, conflito familiar e exposição à violência (Scott, 2021). Os fatores domésticos dizem respeito à violência doméstica, uso de substâncias, problemas de saúde mental e acolhimento institucional, ou seja, situações nas quais a criança pode ser vítima direta ou testemunha, com impacto significativo no seu desenvolvimento emocional e comportamental (Scott, 2021). Os fatores familiares incluem dimensões como as competências parentais e a estrutura familiar, influenciando as experiências relacionais da criança e o seu desenvolvimento socioemocional (Scott, 2021). Por fim, os fatores intergeracionais referem-se à transmissão de padrões de risco entre gerações, incluindo a violência, a exposição dos pais a EAI e desigualdades sociais, contribuindo para a persistência de contextos de vulnerabilidade ao longo do tempo (Scott, 2021). A presença destas experiências impacta severamente o desenvolvimento cerebral, resultando em respostas anormais ao stress, dificuldades de desenvolvimento de relacionamentos estáveis e maior propensão a comportamentos de risco (Brodzinsky et al., 2022; Zeanah et al., 2004).

Neste âmbito, Warren Larkin (Real Life Research, 2015) criou o modelo REACh (Routine Enquiry about Adversity in Childhood) que operacionaliza a abordagem às EAI através de três níveis: prevenção primária, secundária ou terciária. A prevenção primária inclui a triagem de crianças que possam estar em risco de sofrer estas experiências adversas a partir de questionários respondidos pelos pais ou pelos cuidadores principais. A prevenção

secundária inclui uma exploração da rotina dos adolescentes e das suas famílias, também através de questionários, quando existem indícios de vulnerabilidade, verificados quando as famílias procuram serviços sociais. A prevenção terciária inclui, igualmente, uma investigação da rotina de adultos que experienciaram EAI durante a infância e que, posteriormente, podem desenvolver necessidades complexas, como problemas de saúde mental, abuso de substâncias, entre outros, que poderão ter origem na vivência de EAI. Nesta última fase espera-se que a revelação de informações sobre as EAI auxilie na compreensão dos desafios atuais e na definição de respostas terapêuticas adequadas (Scott, 2021).

Quando falamos de EAI em crianças adotadas, um fator crítico no impacto destas experiências prévias à adoção é a idade à data da adoção, ou seja, a idade da criança em que acontece a rutura com o passado de adversidade e a transição para um contexto familiar, que se espera permanente e estável, particularmente em crianças que já são capazes de organizar o seu comportamento de procura de uma segurança ao seu redor. Segundo Brodzinsky et al. (2022), não existem evidências que sugiram que a colocação em adoção nos primeiros meses de vida constitua uma experiência traumática para o bebé, no entanto, a separação da criança das suas figuras parentais após o estabelecimento de vínculos primários pode constituir uma experiência emocionalmente perturbadora.

Adicionalmente, as experiências adversas tendem a ser interpretadas pelas próprias crianças/adolescentes no contexto dos processos de construção da identidade e da compreensão das suas relações significativas. Neste processo, estas experiências podem ser integradas de forma mais negativa, sendo frequentemente associadas a atribuições internas, isto é, a uma perceção do *self* como responsável ou marcado por essas vivências (Brodzinsky et al., 2022). Ou seja, quanto mais severa e central for a integração da experiência passada no *self*, maior será a probabilidade da experiência ser avaliada como traumática, aumentando, por sua vez, o risco de desajuste psicológico (Shonkoff & Garner, 2012). Neste sentido, a literatura sugere que estas dificuldades podem também refletir-se nas relações interpessoais, influenciando a forma como o indivíduo estabelece vínculos de confiança e intimidade ao longo da vida. De acordo com a teoria da vinculação, as experiências relacionais precoces contribuem para a formação de modelos internos de funcionamento que orientam expectativas relativamente à disponibilidade e responsividade das figuras significativas, influenciando padrões de confiança, proximidade emocional e gestão de intimidade em relações futuras, incluindo as relações familiares (Bowlby, 1969/1982). Neste processo, estratégias como a dissociação podem emergir como mecanismos de evitamento da dor associada às experiências adversas

precoces. É ainda relevante notar que crianças adotadas em idades mais avançadas apresentam um risco mais elevado de exposição a traumas prévios (Skandrani et al., 2019).

A evolução da compreensão do próprio conceito de adoção e as oportunidades que a criança tem de falar sobre a adoção e o seu passado na família influenciam a forma como esta integra o seu passado e o seu estatuto de adotada na sua personalidade e identidade (Soares et al., 2019). De facto, ao longo da vida, e acompanhando o crescimento sociocognitivo, as crianças tornam-se mais conscientes das complexidades associadas ao seu status familiar, num sentimento mais profundo sobre a perda (Brodzinsky, 2011).

O ambiente pós-adoção desempenha, por conseguinte, um papel crucial na recuperação destas experiências adversas. Brodzinsky et al. (2022) destacam que determinadas qualidades positivas do ambiente familiar, como a estabilidade, uma orientação parental que promova comportamentos adequados à idade da criança, estabelecimento de vinculações seguras e a sensibilidade dos pais às necessidades dos filhos são preditoras de melhores resultados desenvolvimentais em diversas áreas. Atualmente, a evidência científica reflete bem o papel de intervenção natural de sucesso da adoção - a adoção como uma intervenção para a recuperação do trauma vivido na família de origem e/ou acolhimento (McSherry & McAnee, 2022). Esta conceção é potenciada quando articulada com programas de apoio especializados em pós-adoção e recursos terapêuticos competentes em adoção (Gunnar, 2010).

Experiência de Adversidade Precoce e Violência Filio-Parental

A violência filio-parental (VFP) tem vindo a assumir uma relevância crescente enquanto problemática de violência intrafamiliar, despertando um interesse cada vez maior por parte da investigação científica (Coogan, 2014; Rogers & Ashworth, 2024).

Não existe uma definição universalmente aceite de VFP (Rogers & Ashworth, 2024). Estas variam consoante os comportamentos considerados adversos, sendo que algumas abordagens se restringem a violência física ou ameaças (Gallego et al., 2019). De forma mais abrangente, a violência de filhos contra pais pode ser definida como qualquer ação cometida por um filho contra os seus pais, ou a pessoa que desempenha esse papel, que resulte em danos físicos, psicológicos ou financeiros (Cuervo, 2023). Esta violência envolve atos como agressões diretas, ameaças, intimidação e manipulação, utilizados pela criança/adolescente como uma estratégia progressiva de obter gradualmente o poder e o controlo (Cuervo, 2023).

A investigação neste domínio tem vindo a intensificar-se desde os anos 2000, possivelmente em consequência do crescimento das taxas de prevalência, do aumento dos pedidos de ajuda por parte dos pais no controlo do comportamento dos filhos (Arias-Rivera &

García, 2020) e da emergência de uma rejeição social generalizada face a qualquer forma de violência intrafamiliar (Cuervo, 2023). Neste sentido, a VFP deve ser analisada e compreendida como um fenómeno relacional, e não como um conjunto de comportamentos individuais isolados (Arias-Rivera & García, 2020).

Relativamente ao género, a frequência da VFP não apresenta diferenças significativas, contudo, observam-se distinções no tipo de violência exercida, sendo que o género masculino está mais associado à agressão física e o feminino à agressão psicológica, nomeadamente mais abuso emocional e verbal (Cuervo, 2023). No que diz respeito à idade, a literatura identifica diferentes faixas etárias, situadas entre os 10 e os 21 anos como estando particularmente associadas à incidência desta problemática (Cuervo, 2023). Estas crianças/adolescentes são geralmente caracterizadas por sentimentos de infelicidade, baixa autoestima, baixa empatia, menor tolerância à frustração, dificuldades na regulação emocional e défices no controlo de impulsos (Cuervo, 2023).

Diversos fatores sociais encontram-se associados à VFP, destacando-se as práticas parentais inconsistentes, exposição à violência doméstica e o ambiente familiar em que se inserem (Cuervo, 2023). A investigação tem encontrado associações significativas entre a vivência de EAI infância e a prática de violência contra os pais mais tarde. Especificamente, alguns estudos mostram que crianças/adolescentes que praticam VFP foram expostos a níveis significativamente mais elevados de abuso parental direto e testemunhado, em comparação com aqueles que não manifestam este tipo de comportamento (Martín et al., 2022; Simmons et al., 2020). Além disso, Navas-Martínez e Cano-Lozano (2022b) verificaram que adolescentes que praticam VFP e que tinham sido vítimas de abuso parental revelaram estilos de vinculação mais inseguros, bem como menores níveis de resiliência e inteligência emocional, em comparação com adolescentes que exerciam VFP sem experiências de abuso. Além disso, neste estudo, os indivíduos que tinham vivenciado múltiplas EAI apresentavam níveis ainda mais elevados de insegurança na vinculação do que aqueles que haviam sido expostos a apenas uma experiência adversa (Navas-Martínez & Cano-Lozano, 2023). Os autores concluíram, assim, que a presença simultânea de experiências de violência parental e violência por parte de pares predizia a VFP em maior medida do que a presença isolada de cada um destes tipos de experiências adversas (Navas-Martínez & Cano-Lozano, 2022b).

Neste sentido, considerando que as experiências de violência doméstica e de abuso por parte dos cuidadores constituem fatores de risco para a VFP, é expectável que este fenómeno possa assumir particular relevância em jovens com historial de retirada da família biológica e de colocação em instituições de acolhimento (Golm, 2024).

A estrutura familiar assume um papel relevante na compreensão da VFP. Embora se trate de um fenómeno mais relacionado com o suporte social e com as estratégias de coping do que com a estrutura familiar em si, este padrão poderá ser explicado à luz das dificuldades de vinculação e do desfasamento entre as expectativas parentais e a realidade vivida nas famílias adotivas (Agustina &Romero, 2013; Ortega, 2017). Alguns estudos têm identificado a presença de famílias adotivas entre os contextos familiares em que ocorre este fenómeno, sendo sugerido que determinadas experiências adversas, como o abandono, a vinculação insegura, as ruturas precoces e a exposição à violência, poderão estar relacionadas com a violência contra os cuidadores (Cuervo, 2023).

Num estudo de Selwyn e Meakings (2016), 38% dos pais adotivos que caracterizavam a sua situação familiar atual como desafiante relataram experiências de VFP. Além disso, a VFP constitui o principal motivo de rutura da adoção no estudo de Selwyn e Meakings (2016). Uma revisão recente da literatura, que analisou 145 trabalhos sobre a VFP, verificou que as crianças/adolescentes adotados ou em acolhimento estão quase ausentes da investigação existente (Rogers & Ashworth, 2024). Esta lacuna é particularmente relevante considerando que as crianças em contexto de adoção podem apresentar histórias de vida marcadas por experiências adversas anteriores à adoção, bem como ruturas precoces das relações de vinculação, fatores que podem influenciar o seu desenvolvimento e as dinâmicas familiares posteriores. Assim, embora a investigação tenha identificado alguns fatores associados à VFP em famílias adotivas, permanece limitada a compreensão de como as EAI se relacionam com a manifestação deste fenómeno neste contexto familiar.

Em suma, a literatura sugere que as experiências adversas vivenciadas durante a infância podem ter repercurssões no desenvolvimento emocional, cognitivo e social, bem como no estabelecimento de relações de vinculação e na capacidade de lidar com o stress. Paralelamente, estas experiências têm sido associadas à manifestação de VFP. Deste modo torna-se pertinente aprofundar a compreensão da relação entre as EAI e a VFP no contexto das famílias adotivas.

Presente Estudo

A operacionalização das EAI tem sido fortemente influenciada pelo estudo pioneiro de Felitti et al. (1998), no qual as experiências adversas foram organizadas em categorias de abuso e disfunção familiar, sendo cada experiência considerada de forma dicotómica, isto é, verificando-se se a experiência esteve ou não presente, sendo posteriormente contabilizado o número total de experiências identificadas. Desta forma, uma criança que tenha experienciado

três tipos diferentes de adversidade apresenta um *score* cumulativo de três EAI. Esta abordagem permitiu estudar o impacto da acumulação de experiências adversas ao longo da infância e demonstrar que a exposição a um maior número de EAI se encontra associada a consequências negativas ao longo do desenvolvimento (Felitti et al., 1998).

Apesar da importância desta abordagem para o desenvolvimento da investigação sobre as EAI, a utilização de um indicador cumulativo apresenta algumas limitações. Ao considerar apenas o número total de experiências adversas, esta abordagem pode não refletir a diversidade das experiências vivenciadas. Por exemplo, duas crianças podem apresentar o mesmo número de EAI, apesar de terem experienciado formas de adversidade muito diferentes. Além disso, a investigação tem vindo a questionar se as experiências incialmente consideradas por Felitti et al. (1998) são suficientes para representar toda a diversidade de adversidade que podem ocorrer durante a infância.

Neste sentido, a evolução da investigação tem conduzido ao alargamento das experiências consideradas na avaliação das EAI, procurando contemplar formas de adversidade que não estavam incluídas no modelo inicialmente proposto (Karatekin & Hill, 2018). Esta expansão torna-se particularmente relevante quando se estuda populações específicas como o contexto de adoção. Assim, para além das experiências tradicionalmente consideradas, é importante atender a acontecimentos associados ao percurso prévio à adoção, nomeadamente experiências de abandono, orfandade, separação/retirada da família biológica e institucionalização. Estas experiências podem representar importantes acontecimentos adversos na medida em que envolvem a perda ou ausência de cuidados parentais e alterações significativas nos contextos de vida e cuidado da criança. No presente estudo, são ainda consideradas situações de tráfico humano e de criança estrangeira não acompanhada, enquanto experiências potencialmente associadas a contextos particulares de vulnerabilidade.

Para além das EAI tradicionalmente consideradas e das experiências adversas relevantes no contexto de adoção, o presente estudo contempla ainda outros fatores de risco identificados na história de vida das crianças da amostra. Estas incluem fatores relacionados com o contexto familiar e socioeconómico, as circunstâncias da gravidez e da adoção, e as condições parentais e de saúde dos progenitores. Embora estas experiências não correspondam necessariamente às categorias definidas como EAI, a sua consideração permite uma caracterização mais abrangente dos contextos de adversidade presentes na história pré-adoção das crianças.

Assim, o presente estudo tem como principal objetivo aprofundar o conhecimento sobre as experiências adversas na infância em crianças e adolescentes adotados, explorando a sua

natureza, ocorrência, coocorrência e diferentes formas de operacionalização. Adicionalmente, pretende-se estudar a relação entre estas e a VFP em famílias adotivas, utilizando uma metodologia quantitativa. Nesse sentido, os objetivos específicos deste estudo são: 1) caracterizar as EAI, considerando a frequência, o tipo e os padrões de coocorrência, em crianças/adolescentes adotados, com base na informação reportada pelos pais adotivos; 2) caracterizar a VFP nas suas diferentes manifestações, numa subamostra das famílias participantes; 3) Analisar a relação entre a exposição à adversidade e a VFP, considerando diferentes formas de operacionalização da adversidade, nomeadamente a exposição cumulativa, a diversidade e diferentes domínios de adversidade.

Espera-se que a exposição a um maior número de experiências adversas na infância esteja positivamente associada a níveis mais elevados de violência filio-parental na adoção, esperando-se uma relação positiva e significativa entre o número de EAIe VFP.

Método

Participantes

O presente estudo faz parte de um projeto longitudinal mais abrangente - AdoPt - Follow-up em Pós-Adoção (Barbosa-Ducharne et al., 2023). Neste estudo, participaram 173 figuras parentais adotivas, que completaram o Tempo 1 e uma subamostra destes (N = 67) que completou o Tempo 2. Em T1 (N = 173), os participantes apresentavam idades compreendidas entre os 35 e os 60 anos (M = 47.64, DP = 4.96), no momento de recolha de dados; em T2 (N =67) a idade variou entre 40 e 59 anos (M = 49.53, DP = 4.64), considerando que decorreu, em média, 1.83 anos (DP = 0.59, $Min.$ = 0.92, $Máx.$ = 3.25) entre T1 e T2. Das 173 figuras parentais (T1), 128 eram mães (74%) e 45 eram pais (26%). Em T2, participaram 15 pais (22.4%) e 52 mães (77.6%), sendo a distribuição semelhantes em T1 e T2. No que concerne às suas habilitações literárias, no T1, a maioria dos participantes (n = 142, 82.1%) possuía o ensino superior, enquanto 30 (17.3%) tinham concluído o ensino secundário, sendo que a maioria se encontrava empregado (n = 165, 95.4%).

Em T1, as figuras parentais responderam relativamente a 173 crianças adotadas, das quais 75 (43.4%) eram do sexo feminino e 98 (56.6%) do sexo masculino, que no momento da recolha de dados tinham idades compreendidas entre os 2.50 e os 19.50 anos (M = 10.5, DP = 4.39). Em T2, as respostas foram relativamente a 31 rapazes (46.3%) e 36 raparigas (53.7%), com idades compreendidas entre 3.75 e 22.58 anos (M = 12.62, DP = 4.15). Antes da adoção, estas crianças permaneceram em acolhimento durante um período médio de 2.56 anos (DP =

1.68, Min. = 0, Máx = 8.67), sendo que a grande maioria esteve numa casa de acolhimento (n = 166, 96%). Estas foram retiradas da sua família biológica com idades compreendidas entre os 0 e os 13 anos (M = 2.05, DP = 2.46) e foram adotadas entre os 0.08 e os 18.00 anos (M = 4.71, DP =3.42). As crianças referentes à subamostra de T2 não diferem significativamente nestas variáveis do passado, em relação à amostra total. Relativamente ao ciclo de estudos em que estas crianças se encontravam (em T1; T2 sem informação), 41 integram a creche/pré-escolar (23.7%), 42 o 1º ciclo (24.3%), 31 o 2º ciclo (17.9%), 36 o 3º ciclo (20.6%) e 20 o ensino secundário (11.6%), tendo em conta que 3 crianças (1.7%) não estariam a estudar.

No que concerne à estrutura familiar, em T1, 149 (80.9%) participantes integravam famílias biparentais e 27 (15.6%) famílias monoparentais, sendo que quando a família é composta por um casal, 137 são de sexo diferente (79.2%). No total, das 173 figuras parentais, 72 tinham um filho único (41.6%) e 101 (58.4%) tinham mais do que um filho. Em média, em T1, as crianças estavam adotadas há 5.76 anos (Min = .08, Máx = 16.08, DP = 3.88) e em T2 há 7.31 anos (Min = 1.67, Máx = 16.59, DP = 3.99).

Instrumentos

Experiências e Contextos do Passado da Criança

O questionário sobre Experiências e Contextos do Passado da Criança (Barbosa-Ducharne & Soares, 2021) é composto por 21 itens, incluindo nove questões de resposta aberta (e.g., "Que idade tinha o/a (nome) quando foi quando veio para sua casa"); quatro questões de múltipla escolha (e.g., "Onde estava o/a (nome) quando foi adotado/a": a. Numa família de acolhimento (Acolhimento Familiar), b. Numa casa de acolhimento/instituição (Acolhimento Residencial), c. Outro - Qual?); três questões dicotómicas (e.g., "A {{Firstt Name}} esteve em mais do que uma instituição/família de acolhimento, antes de ser adotada?" - (Sim/Não); e sete itens avaliados numa escala de Likert de 7 pontos (1 = *Muito Negativamente*; 7 = *Muito Positivamente*) (e.g., "Como é que o/a (nome) lida com a informação que tem sobre a sua história passada?).

Este instrumento permitiu recolher informação relativa às experiências vividas pela criança previamente à adoção, nomeadamente no contexto da família biológica (e.g., negligência e maltrato físico e psicológico) e em contexto de acolhimento (e.g., tipo de acolhimento, número de instituições frequentadas e a duração total em acolhimento). Adicionalmente, possibilitou a recolha de dados sobre problemáticas presentes na família biológica, designadamente situações de violência doméstica e consumo de substâncias, bem

como o tempo de permanência da criança na família biológica e a idade no momento de adoção. Estes dados foram recolhidos no Tempo 1 (T1) do estudo.

Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico é constituído por um conjunto de perguntas de recolha de informação sociodemográfica dos respondentes (neste caso os pais adotivos), das crianças adotadas e da estrutura familiar. Neste estudo, foram considerados os dados referentes à idade, sexo, escolaridade e habilitações literárias dos pais e da criança, bem como às características estruturais da família (Projeto Adopt, 2021). Estes dados foram recolhidos no T1 e T2 da recolha de dados.

Child-to-Parent Violence Questionnaire Parents'Version (CPV-Q-P)

O Child-to-Parent Violence Questionnaire Parents'Version (CPV-Q-P; Contreras et al., 2020) foi traduzido e adaptado para português no âmbito do Projeto AdoPt (Soares et al., 2020a). Este questionário contém 14 itens (e.g., "O/a _ disse-me "Odeio-te!"; "Quem me dera que estivesses morto/a!"), que avaliam diferentes dimensões da violência filio-parental, nomeadamente a violência psicológica, física, financeira e comportamentos de controlo.

Estes itens são respondidos numa escala tipo Likert de 5 pontos (0 = Nunca; 4 = Muito Frequentemente) refletindo a frequência com que os filhos adotaram estes comportamentos dirigidos aos pais ao longo dos últimos 12 meses. A pontuação de cada subescala corresponde ao somatório das pontuações dos itens que a compõem, sendo que pontuações mais elevadas indicam maior frequência de comportamentos violentos. Adicionalmente, foi calculado um score total de VFP, obtido através do somatório das pontuações de todos os itens.

No presente estudo, três das quatro dimensões, a saber, Violência Psicológica, Violência Física e Violência Financeira, apresentaram muito bons a excelentes índices de consistência interna, respetivamente $\alpha = .88$, $\alpha = .92$ e $\alpha = .79$. Contudo, a dimensão Controlo/Domínio apresentou uma baixa consistência interna, $\alpha = .38$, pelo que foi retirado o item 5 ("Em casa, vemos o que o meu filho quer ver na televisão") por apresentar correlações não significativas com os outros itens. Assim, foi utilizada uma subescala reconstituída por três itens, com um $\alpha = .52$, que foi considerado moderado, mas aceitável para continuar com as análises subsequentes. A escala global de VFP apresentou índices de consistência interna excelentes, considerando ou não o item 5 ($\alpha = .88$). Por essa razão, a escala global foi calculada usando os 14 itens totais. Estes dados foram recolhidos no T2 do estudo.

Procedimentos

O presente estudo insere-se no projeto de investigação longitudinal "AdoPt - Follow-Up em Pós-Adoção: Capacidades, dificuldades e necessidades de famílias adotivas portuguesas" (Barbosa-Ducharne et al., 2023). Este projeto contempla dois momentos de recolha de dados - T1 e T2, sendo que o T2 integra uma componente de recolha online e uma componente presencial. O objetivo geral do projeto consiste em estudar e identificar, precocemente, fatores de risco e proteção que possam contribuir para a estabilidade das famílias em contexto de pós-adoção. O projeto está a ser desenvolvido por uma equipa de investigadores da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), tendo sido financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT; referência: PTDC/SOC-ASO/4158/2020).

Seleção da Amostra

A seleção da amostra contou com a colaboração do Instituto de Segurança Social (ISS), entidade responsável pelos processos de adoção em Portugal. As famílias adotivas foram contactadas por correio eletrónico, no qual receberam informação sobre o projeto, bem como o link de acesso à plataforma online *myAdoPt* e as respetivas credenciais de registo. Adicionalmente, o projeto foi divulgado através de redes sociais, diversos meios de comunicação social e por via do contacto entre participantes, com o objetivo de alcançar um maior número de famílias adotivas. A amostra do presente estudo corresponde à amostra do Tempo 1 (T1 - online) disponível até junho de 2026 e a uma subamostra deste grupo de famílias que, entretanto, já haviam participado também no Tempo 2 (T2 - online).

Recolha de Dados

Os dados foram recolhidos através da plataforma online *myAdoPt* (https://www.myadopt.pt/), desenvolvida por Microsoft Dynamics 365, de forma a garantir um acesso facilitado, bem como a confidencialidade e a privacidade dos dados das famílias participantes. A cada família foi atribuído um código de acesso único e intransmissível, que permitia a entrada na plataforma, onde era inicialmente apresentado o consentimento informado. Após a sua aceitação, era solicitado que, no caso de famílias biparentais, a figura parental mais envolvida no quotidiano da criança procedesse ao preenchimento dos questionários. Os instrumentos encontravam-se organizados em diferentes secções, permitindo a interrupção e posterior retoma do preenchimento, de acordo com a disponibilidade dos

participantes. As medidas utilizadas no presente estudo foram recolhidas nos momentos T1 e T2, como já referido anteriormente

Análise de Dados

Os dados foram analisados com recurso ao programa de software IBM SPSS Statistics versão 29. Numa fase inicial, com o objetivo de caracterizar a amostra de participantes, foram realizadas análises descritivas e de frequências das variáveis sociodemográficas relativas às figuras parentais das crianças adotadas, bem como das experiências prévias das crianças e da estrutura familiar. Posteriormente, procedeu-se à verificação dos pressupostos estatísticos, nomeadamente no que diz respeito à normalidade da distribuição dos dados, à presença de outliers e à existência de valores omissos.

Para dar resposta ao primeiro objetivo do estudo que visa caracterizar as experiências adversas na infância (EAI) vividas pelas crianças da amostra, procedeu-se à análise de frequências e descritivas das diferentes experiências avaliadas. Para examinar os padrões de coocorrência foram construídas tabelas de contingência 2x2 entre pares de EAI. Para cada par de experiências incluído na análise, foram obtidas as frequências de coocorrência observada(O) e as frequências esperadas (E) sob a hipótese de independência. A partir destes valores foi calculado o rácio Observed/Expected (O/E), através da divisão da frequência observada pela frequência esperada. Valores de O/E superiores a 1 indicam que as duas experiências ocorreram conjuntamente mais frequentemente do que seria esperado; valores próximos de 1 indicam uma coocorrência próxima da esperada; e valores inferiores a 1 indicam uma coocorrência menos frequente do que a esperada. A associação entre cada par de experiências foi adicionalmente examinada através do teste do qui-quadrado (χ^2) e do coeficiente Phi (φ). Adicionalmente, foram também analisadas correlações bivariadas de Pearson. Para caracterizar a extensão e a diversidade da exposição à adversidade, foram considerados dois indicadores complementares. A exposição cumulativa foi operacionalizada através da soma do número total de ACEs, tendo sido calculadas estatísticas descritivas e considerada a sua distribuição em grupos. Adicionalmente, as experiências adversas e fatores de risco foram agrupados em quatro domínios de adversidade, definidos com base na sua proximidade conceptual: maus-tratos diretos; disfuncionalidade no contexto familiar; perda, separação e descontinuidade dos cuidados; e vulnerabilidade sociofamiliar e parental. Para cada domínio foi criada uma variável dicotómica, considerando-se a sua presença quando se verificava pelo menos uma das experiências nele incluídas. Posteriormente, os quatro domínios foram somados, obtendo-se

um indicador do número de domínios de adversidade presentes na trajetória de cada criança/adolescente.

Para caracterizar a VFP (objetivo 2), foram calculadas estatísticas descritivas (média, desvio-padrão, mínimo e máximo) para cada uma das quatro dimensões avaliadas e para o resultado global de VFP, obtido através da soma das diferentes dimensões.

Para analisar a relação entre as EAI e a VFP, foram calculadas correlações de Pearson entre as diferentes dimensões e o resultado global de VFP e os indicadores de adversidade considerados. Foram analisadas as relações com as EAI e fatores de risco individualmente considerados, os domínios de adversidade e as principais coocorrências de experiências adversas previamente identificadas. Para esta última análise, cada coocorrência foi operacionalizada criando uma variável dicotómica/dummy, indicadora da presença simultânea das duas experiências consideradas.

Resultados

Experiências Adversas na Infância: Tipo e Frequência

De acordo com o primeiro objetivo específico do presente estudo, procedeu-se à análise das frequências das diferentes experiências adversas/fatores de risco identificadas na história de vida das crianças da amostra. A Tabela 1 apresenta estes resultados. Entre as EAI tradicionais, a negligência foi a experiência mais frequentemente identificada, estando presente em 121 crianças (69.9%), seguida do consumo de substâncias por parte dos pais (n = 73, 42.2%) e da violência doméstica (n = 37, 21.4%). O abuso sexual foi a experiência menos frequente, tendo sido identificada em três crianças (1.7%). Verificou-se também que todas as crianças da amostra (N = 173, 100%) passaram pela experiência de perda/separação/retirada da família biológica, e a grande maioria por experiências de institucionalização (forma de negligência estrutural; n = 168 crianças; 97.1%). O abandono foi também uma experiência frequente (n = 59, 34.1%), sendo, por outro lado, a orfandade e o tráfico humano pouco frequentes (n = 2, 1.2%). Entre outros fatores de risco, destaca-se a falta de competências parentais (n = 131, 75.7%), constituindo uma das problemáticas da família biológica mais frequentemente reportadas na amostra (cf. Tabela 1).

Experiências Adversas na Infância: Coocorrência

Para além da frequência individual das experiências adversas, analisaram-se os seus padrões de coocorrência. Atendendo a que esta análise requer variabilidade suficiente na

presença/ausência das experiências, foram excluídas as EAI com prevalências muito reduzidas (abaixo de 5%) ou muito altas (próximas de 100%). A Tabela 2 apresenta, para cada par de EAI, a frequência de coocorrência observada e esperada, o respetivo rácio O/E e a magnitude da associação entre as experiências (φ).

A análise revelou várias combinações de experiências cuja coocorrência foi superior à esperada (O/E > 1). O padrão mais comum verificou-se entre maltrato físico e maltrato psicológico, tendo sido observados 14 casos de coocorrência, face a 3.4 esperados (O/E = 4.12). Este par apresentou também a associação de maior magnitude (φ = .51, p < .001). Destacaram-se igualmente as coocorrências entre violência doméstica e maltrato físico (O/E = 2.90; φ = .46, p < .001) e entre violência doméstica e maltrato psicológico (O/E = 2.83; φ = .36, p < .001). A violência doméstica coocorreu ainda mais frequentemente do que o esperado com o consumo de substâncias (O/E = 1.55; φ = .26, p < .001) e com doença mental dos pais (O/E = 1.72; φ = .18, p = .023). A negligência apresentou igualmente coocorrências superiores às esperadas com diferentes formas de adversidade, nomeadamente com o maltrato psicológico (O/E = 1.36; φ = .21, p = .007), maltrato físico (O/E = 1.33; φ = .22, p = .004), violência doméstica (O/E = 1.32; φ = .27, p < .001), doença mental (O/E = 1.29; φ = .21, p = .005) e consumo de substâncias (O/E = 1.25; φ = .36, p < .001). Foram também identificadas combinações cuja ocorrência foi inferior à esperada. Este padrão foi particularmente evidente para a gravidez adolescente, que coocorreu menos frequentemente do que o esperado com a negligência (O/E = .38; φ = −.39, p < .001), falta de competências parentais (O/E = .58; φ = −.31, p < .001), consumo de substâncias (O/E = .31; φ = −.23, p = .002) e violência doméstica (O/E = .21; φ = −.16, p = .034). Adicionalmente, abandono e negligência coocorreram menos frequentemente do que seria esperado (O/E = .80; φ = −.22, p = .004).

Ainda no âmbito deste objetivo foram realizadas análises de correlações bivariada de Pearson entre as EAI. A Tabela 3 apresenta esta matriz de correlações, cujos dados vão em sentido semelhantes aos anteriormente reportados. As correlações de maior magnitude verificaram-se entre o maltrato físico e o maltrato psicológico (r = .51), entre o maltrato físico e a violência doméstica (r = .46), entre o maltrato psicológico e a violência doméstica (r = .36) e entre a negligência e o consumo de substâncias (r = .36). Destaca-se ainda a relação negativa entre a negligência e abandono (r = -.22).

Experiências Adversas na Infância: Exposição Cumulativa e Domínios de Adversidade

Após a análise individual das diferentes experiências adversas, bem como da coocorrência entre elas, procurou-se caracterizar a extensão e a diversidade da exposição à

adversidade. A exposição cumulativa foi avaliada através do número total de EAI - esta medida permite considerar não apenas a presença de cada experiência individualmente, mas também o número de experiências adversas acumuladas ao longo da história de vida da criança; bem como através da análise da diversidade da adversidade, considerando a exposição a diferentes domínios de experiências adversas.

Na presente amostra, o número total de EAI apresentou uma média de 4.20 (DP = 1.60), com valores compreendidos entre 1 e 8 experiências adversas, evidenciando uma amplitude considerável no número de EAI total, identificado nas crianças da amostra. Face à amplitude dos valores observados, procedeu-se também à organização do número total de EAI em grupos, de modo a permitir uma leitura mais clara da distribuição da amostra segundo diferentes níveis de exposição cumulativa. Esta opção é igualmente relevante considerando que a literatura tem destacado a importância da acumulação de experiências adversas, sendo frequentemente utilizado o valor de quatro ou mais EAI como indicador de maior exposição à adversidade. Relativamente à distribuição pelos grupos, verificou-se que a maioria das crianças apresentou entre 3 e 4 EAI (n = 91, 52.6%), seguindo o grupo de crianças com 5 ou mais EAI (n = 62, 35.8%), e por fim, 20 crianças (11.6%) que apresentaram entre 1 e 2 EAI. Desta forma, verificou-se que a maior parte da amostra se concentra nos grupos de 3 ou mais EAI.

Uma vez que o número cumulativo de EAI traduz a quantidade de experiências adversas, mas não permite distinguir a diversidade dos tipos de adversidade experienciados, procedeu-se adicionalmente à organização das experiências em domínios conceptualmente distintos. Para cada domínio, considerou-se a sua presença quando a criança/adolescente apresentava pelo menos uma das experiências nele incluídas. Posteriormente, foi calculado o número total de domínios de adversidade presentes na trajetória de cada criança/adolescente. A Tabela 4 apresenta esses resultados. Todas as crianças apresentaram experiências de perda, separação e descontinuidade dos cuidados (n = 173; 100%). O domínio de vulnerabilidade sociofamiliar e parental foi igualmente muito prevalente, estando presente em 86.7% dos participantes (n = 150). Por sua vez, 72.3% (n = 125) apresentaram pelo menos uma experiência de maus-tratos diretos, enquanto 56.1% (n = 97) estiveram expostos a pelo menos uma experiência incluída no domínio de disfuncionalidade no contexto familiar. Apenas 3.5% das crianças (n = 6) apresentaram experiências circunscritas a um único domínio e 21.4% (n = 37) apresentaram experiências pertencentes a dois domínios. Em contraste, 75.2% da amostra apresentou adversidade em três ou quatro domínios, com 31.8% (n = 55) expostos a três domínios e 43.4% (n = 75) aos quatro domínios considerados.

Violência Filio-Parental: Análises descritivas

A análise da violência filio-parental incidiu sobre 52 crianças/adolescentes, participantes em T2. De acordo com o segundo objetivo específico, procedeu-se à análise descritiva dos comportamentos de violência filio-parental reportados pelos pais adotivos. Foram analisadas as quatro dimensões de violência avaliadas: violência psicológica, violência física, violência financeira e comportamentos de controlo; bem como o resultado global, obtido através da soma dos comportamentos das diferentes dimensões.

Os resultados, expostos na Tabela 5, indicaram que a dimensão dos comportamentos de controlo apresentou a média mais elevada e a violência física a mais baixa. Considerando o resultado global de violência filio-parental, verificou-se uma média de 7.63 (Min. = 0, Máx. = 46, DP = 8.01), correspondente à soma dos comportamentos avaliados nas quatro dimensões.

Violência Filio-Parental: Relações com as Experiências Adversas na Infância

Para explorar a relação entre as experiências adversas na infância e a violência filio-parental, foi realizada uma correlação de Pearson entre as dimensões da VFP e as EAI, como demonstra a Tabela 6. Não se observaram relações estatisticamente significativas entre nenhuma das EAI/fatores de risco e as dimensões de VFP.

Adicionalmente foram exploradas as relações entre os diferentes domínios de adversidade criados e não se encontraram, igualmente, correlações estatisticamente significativas (variando entre r = .00 e r =.17, ns). Finalmente, foram exploradas as correlações entre as mais frequentes coocorrências de EAI e as dimensões de VFP. Da mesma foram não foram encontradas correlações estatisticamente significativas (variando entre r = .01 e r =.20, ns). A correlação mais alta (.20), ainda que não significativa, verificou-se entre a coocorrência entre maltrato físico e violência doméstica e a violência filio-parental psicológica.

Discussão

O objetivo principal deste estudo foi aprofundar o conhecimento sobre as experiências adversas na infância de crianças adotadas, reportadas pelos seus pais adotivos, considerando não apenas a perspetiva tradicional de abordagem das EAI, mas abordando outras formas de análise e exploração, como o estudo da sua coocorrência, da acumulação de experiências e da diversidade de domínios de manifestação das EAI. , Com objetivo de perceber de que maneira a vivência de EAI se traduzia em comportamentos de violência posteriores, assumiu particular relevância a análise da VFP , procurando caracterizar a sua expressão e explorar a sua relação

com a adversidade experienciada previamente. O estudo da relação entre estas duas variáveis – EAI e VFP – recorreu à adoção como desenho de investigação. De facto, a adoção envolvendo uma rutura com um passado de adversidade vivido pela criança que vem a ser adotada e a transição para um ambiente familiar que se espere proporcione experiências de cuidado, proteção, afeto e estimulação, sensíveis e responsivas às necessidades desenvolvimentais da criança, apresenta-se como o contexto ideal para estudar o impacto das experiências de violência dos ambientes do passado nos comportamentos de violência manifestados no ambiente familiar responsivo do presente.

Deste modo, para além da caracterização das EAI, o presente estudo procurou compreender de que forma a adversidade vivenciada antes da adoção se relaciona com a manifestação de comportamentos de VFP em famílias adotivas.

O primeiro objetivo específico consistiu em caracterizar – em termos de tipo/natureza, domínios, acumulação e coocorrência - as EAI das crianças/adolescentes adotados. Os resultados evidenciaram uma elevada presença de experiências associadas às trajetórias pré-adotivas, destacando-se a experiência de perda/separação/retirada da família biológica, presente na totalidade da amostra, e a institucionalização, identificada em 97.1% dos casos. Estes resultados vão ao encontro da literatura que destaca a centralidade das experiências de perda e separação nas trajetórias desenvolvimentais de crianças adotadas, bem como a possibilidade de estas trajetórias incluírem experiências de adversidade em contextos institucionais (Brodzinsky et al., 2022; Skandrani et al., 2019). A elevada frequência destas experiências poderá, assim, refletir a especificidade das trajetórias que antecedem a adoção, nas quais a criança pode experienciar diferentes formas de adversidade e alterações nos seus contextos relacionais e de cuidado. Esta complexidade parece estender-se às restantes experiências identificadas na amostra, destacando-se a negligência, o consumo de substâncias e a violência doméstica. Paralelamente, foram identificadas outras condições de vulnerabilidade relevantes no contexto de adoção, como a falta de competências parentais nos pais biológicos e o abandono. A literatura enquadra estas experiências como formas de adversidade que podem ocorrer em diferentes contextos familiares e domésticos (Narayan et tal., 2021; Navas-Martínez & Cano-Lozano, 2023; Scott, 2021). A sua presença juntamente com experiências de perda, separação e institucionalização poderá sugerir que, para estas crianças, a adversidade não correspondeu necessariamente a acontecimentos isolados, mas poderá ter integrado contextos de vida caracterizados por diferentes fontes de vulnerabilidade. Esta perspetiva é reforçada pela exposição cumulativa observada na presente amostra. Em média foram identificadas 4.20 EAI por criança, sendo que 88.4% apresentaram três ou mais

experiências adversas. Estes resultados são particularmente relevantes à luz de Navas-Martínez e Cano-Lozano (2023), que salientam a importância de considerar a acumulação de diferentes dimensões de adversidade, em vez de analisar apenas a presença de uma experiência isolada. Contudo, a contagem cumulativa não traduz necessariamente a diversidade ou a natureza das experiências vivenciadas. Neste sentido, a organização das EAI em domínios permitiu acrescentar uma dimensão de diversidade à análise, evidenciando que 75.2% das crianças apresentavam adversidade em três ou quatro domínios. Assim, crianças com uma exposição cumulativa semelhante podem apresentar trajetórias distintas, dependendo dos tipos de experiência e dos contextos de adversidade envolvidos. A consideração conjunta da acumulação e da diversidade permite, deste modo, uma caracterização mais abrangente, indo além da simples soma do número de experiências.

A análise da coocorrência reforça igualmente esta perspetiva. As associações mais fortes envolveram o maltrato físico, o maltrato psicológico e a violência doméstica, destacando-se a coocorrência entre maltrato físico e psicológico ($\varphi = .51$), bem como entre a violência doméstica e o maltrato físico ($\varphi = .46$) e psicológico ($\varphi = .36$). A negligência também apresentou padrões de coocorrência superiores aos esperados com diferentes formas de adversidade, particularmente com o consumo de substâncias ($\varphi = .36$). Em contraste, algumas combinações, como a gravidez adolescente com a negligência ($\varphi = -.39$) ou com a falta de competências parentais ($\varphi = -.31$), ocorreram menos frequentemente do que seria esperado. Estes resultados sugerem que as diferentes EAI não se distribuem de forma independente ao longo das trajetórias pré-adotivas, podendo algumas formas de adversidade ocorrer conjuntamente em determinados contextos, enquanto outras apresentam padrões de coocorrência menos frequentes. Embora estas associações não permitam estabelecer relações causais, contribuem para a compreensão das EAI enquanto experiências potencialmente interligadas e inseridas em contextos de vulnerabilidade complexos.

Considerados em conjunto, os resultados relativos à acumulação, diversidade e coocorrência sugerem que a adversidade pré-adotiva não deve ser compreendida apenas através da identificação ou soma de experiências individuais. A consideração dos diferentes domínios e da forma como as experiências se relacionam entre si permite captar dimensões distintas da adversidade, contribuindo para uma leitura mais integrada e contextualizada das trajetórias que antecedem a adoção.

O segundo objetivo específico deste estudo consistiu em caracterizar a VFP numa subamostra das famílias participantes. De um modo geral, os resultados evidenciaram uma baixa expressão da VFP na amostra, com uma média de 7.63, sendo que os comportamentos

de controlo apresentaram a média mais elevada, seguidos da violência psicológica, enquanto a violência financeira e violência física apresentaram valores médios mais reduzidos. A maior expressão dos comportamentos de controlo parece particularmente relevante uma vez que a VFP pode envolver diferentes formas de tentativa de exercer poder sobre os pais, não se restringindo à agressão física (Cuervo, 2023). Assim, os resultados encontrados parecem reforçar uma compreensão da VFP enquanto fenómeno que pode assumir formas mais relacionais e psicológicas, para além das manifestações físicas. A expressão dos comportamentos de controlo ganha particular interesse quando considerada à luz da população estudada. A literatura tem identificado a VFP como uma problemática presente também em famílias adotivas (Selwyn & Meakings, 2016), embora este contexto permaneça pouco explorado. Considerando que as crianças/adolescentes adotados podem apresentar trajetórias anteriores à adoção marcadas por experiências de perda, separação, institucionalização e outras adversidades, poderá questionar-se se estes comportamentos de oposição, exigência ou tentativa de controlo estão relacionados com diferentes necessidades ou formas de funcionamento desenvolvidas ao longo das trajetórias anteriores da criança. A violência psicológica apresentou igualmente uma expressão elevada, o que parece acompanhar esta dimensão mais relacional da VFP. Arias-Rivera e García (2020) salientam precisamente a importância de compreender este fenómeno no contexto das relações familiares, considerando que os comportamentos de violência não ocorrem de forma isolada. Neste sentido, a expressão conjunta dos comportamentos de controlo e da violência psicológica poderá refletir formas de interação entre filhos e pais que, embora não envolvam necessariamente agressão física, podem interferir de forma significativa na dinâmica familiar. Com isto, a menor expressão da violência física sugere que a VFP não se manifesta sobretudo através de agressões físicas, embora não seja possível concluir que esta forma de violência seja menos relevante.

Para além disto, seria necessário refletir sobre a reduzida representação das famílias adotivas na investigação sobre a VFP. Rogers e Ashworth (2024) salientam que crianças e jovens adotados ou em acolhimento estão praticamente ausentes dos estudos existentes sobre este fenómeno. Deste modo, os resultados encontrados poderão contribuir não apenas para caracterizar a presença deste tipo de violência nesta população, mas também para levantar questões sobre a forma como este fenómeno é conceptualizado e avaliado quando aplicado a crianças com trajetórias de vida particulares. Assim, estes resultados levantam a possibilidade de que o significado dos comportamentos da VFP possa depender, em parte, da história relacional da criança e do contexto em que estes comportamentos ocorrem.

O terceiro objetivo específico deste estudo consistiu em explorar a relação entre as EAI e a VFP em famílias adotivas. Contrariamente ao esperado, não foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre as quatro dimensões das EAI e as diferentes formas de VFP. Assim, os resultados obtidos não permitem sustentar uma associação direta entre a exposição às diferentes dimensões de experiências adversas e a frequência de comportamentos de VFP nesta amostra. Estes resultados contrastam, em parte, com a literatura que tem identificado uma relação entre a acumulação de diferentes formas de adversidade na infância e a VFP. Navas-Martínez e Cano-Lozano (2023) verificaram que a acumulação de diferentes dimensões da adversidade predizia este tipo de violência em maior medida do que a exposição a apenas uma dimensão de adversidade. Este resultado parece salientar a importância de considerar não apenas a presença isolada de EAI, mas também a sua coexistência ao longo do desenvolvimento.

Para além da análise das dimensões das EAI, foram exploradas as relações entre os domínios de adversidade construídos e as coocorrências mais frequentes e as dimensões da VFP. Também nestas análises não foram encontradas correlações estatisticamente significativas. A associação mais elevada verificou-se entre a coocorrência de maltrato físico e a violência doméstica e a violência psicológica ($r = .20$), embora não tenha sido significativa. Assim, a consideração da diversidade e da coocorrência das experiências não evidenciou, nesta amostra, uma relação estatisticamente significativa com a VFP.

Esta diferença merece particular reflexão quando se considera a composição da amostra do presente estudo. Tal como discutido anteriormente, a perda, separação ou retirada da família biológica esteve presente em todas as crianças/adolescentes, assim como a institucionalização que apresentou uma frequência bastante elevada. Assim, embora estas experiências constituam acontecimentos potencialmente relevantes nas trajetórias desenvolvimentais da criança, a baixa prevalência de outras dimensões na presente amostra reduz a variabilidade necessária para distinguir participantes com diferentes níveis de exposição. Desta forma, a ausência de uma associação estatisticamente significativa não significa que experiências como o maltrato físico ou o abandono não tenham importância no desenvolvimento, mas poderá estar relacionada com a particularidade de uma amostra na qual determinadas experiências apresentam uma distribuição pouco variável.

Para além disso, importa considerar que a relação entre as EAI e a VFP poderá não ser direta. Embora a adversidade possa constituir como um fator de vulnerabilidade, a manifestação de comportamentos de VFP poderá depender também de fatores individuais e relacionais, nomeadamente da vinculação e de competências emocionais, bem como de

características do contexto familiar e da relação entre pais e filhos (Navas-Martínez & Cano-Lozano, 2023; Arias-Rivera & Hidalgo García, 2020; Cuervo, 2023). Neste sentido, importa considerar que o contexto familiar adotivo apresenta características específicas, nomeadamente ao nível do investimento e do compromisso dos pais na construção da relação com os filhos, podendo constituir um contexto particularmente relevante na trajetória desenvolvimental das crianças e adolescentes adotados. Assim, embora a história de adversidade pré-adotiva possa constituir uma dimensão de vulnerabilidade, as características do ambiente familiar adotivo poderão contribuir para atenuar a manifestação de comportamentos de VFP. Neste sentido, os resultados do presente estudo podem ser compatíveis com a hipótese de que a qualidade do ambiente familiar adotivo desempenhe um papel protetor face à expressão de VFP, constituindo uma linha de investigação relevante para compreender que características das famílias adotivas poderão contribuir para este efeito.

Apesar das limitações inerentes ao presente estudo, este apresenta algumas mais-valias. Destaca-se a análise da adversidade pré-adotiva para além da tradicional contagem cumulativa de EAI, considerando a sua natureza, acumulação, diversidade de domínios e padrões de coocorrência. Esta abordagem permitiu uma caracterização mais abrangente das trajetórias de adversidade das crianças/adolescentes adotados. Paralelamente a exploração da VFP numa população ainda pouco representada na investigação contribui para ampliar o conhecimento sobre este fenómeno no contexto adotivo. A análise conjunta das EAI e da VFP permite ainda levantar questões relevantes sobre a complexidade das trajetórias pré-adotivas e sobre a necessidade de considerar fatores individuais, relacionais e contextuais na compreensão da VFP.

Importa, contudo, considerar algumas limitações. Em primeiro lugar, a dimensão reduzida da subamostra utilizada na análise da VFP (n = 52) poderá ter condicionado a capacidade de detetar associações estatisticamente significativas. Para além disso, a reduzida variabilidade de algumas experiências adversas constitui uma limitação relevante, pois pode dificultar a identificação de relações entre as EAI e a VFP. Acresce que os dados foram obtidos através do relato dos pais adotivos, podendo a perceção parental não refletir integralmente a experiência das crianças/adolescentes. Por fim, o carácter correlacional do estudo não permite estabelecer relações causais entre as EAI e a VFP, sendo necessária cautela na interpretação das associações encontradas.

Conclusão

O presente estudo procurou contribuir para o conhecimento sobre as experiências adversas da infância (EAI) e a violência filio-parental (VFP) em famílias adotivas, uma população ainda pouco representada na investigação sobre esta problemática. Neste sentido, procurou-se caracterizar as experiências adversas vivenciadas pelas crianças/adolescentes adotados, caracterizar a VFP e explorar a possível relação entre estes dois fenómenos. Desta forma, as principais conclusões deste estudo são: 1) as crianças/adolescentes adotados apresentaram trajetórias marcadas por diferentes EAI, destacando-se a falta de competências parentais na família biológica e a negligência, caracterizadas por elevada exposição cumulativa, diversidade de domínios de adversidade e padrões de coocorrência entre diferentes experiências; 2) os comportamentos de controlo apresentaram maior expressão de VFP, seguidos da violência psicológica, enquanto a violência física e financeira apresentaram valores médios mais reduzidos, verificando-se, contudo, uma expressão global reduzida da VFP na amostra;3) não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre as quatro dimensões das EAI e as diferentes formas de VFP, não se verificando, assim, uma relação entre a exposição às dimensões de adversidade consideradas (experiências pré-adoção) e a frequência dos comportamentos deste tipo de violência nesta amostra (comportamentos em pós-adoção).

Embora a investigação sobre a violência filio-parental tenha vindo a aumentar, o conhecimento sobre este fenómeno especificamente em famílias adotivas permanece limitado. Assim, este estudo contribui para dar visibilidade a uma problemática ainda pouco explorada neste contexto, permitindo, simultaneamente, caracterizar as experiências adversas presentes nas trajetórias destas crianças e adolescentes, bem como a expressão de VFP nas suas famílias. A ausência de associação significativa entre estas dimensões constitui igualmente um resultado relevante, na medida em que chama a atenção para a necessidade de não compreender a história de adversidade pré-adotiva de forma isolada na análise deste fenómeno.

Do ponto de vista prático, os resultados salientam a importância de uma atenção continuada à VFP no acompanhamento das famílias adotivas no período pós-adoção, nomeadamente às suas diferentes manifestações, incluindo comportamentos de controlo e violência psicológica. Neste sentido, o acompanhamento destas famílias poderá beneficiar de uma atenção particular às dificuldades relacionais que possam surgir ao longo do percurso de pós-adoção, favorecendo a identificação precoce de situações de VFP e uma intervenção adequada.

Por fim, seria importante que futuras investigações aprofundassem o estudo da VFP em famílias adotivas, recorrendo a amostras mais amplas e diversificadas e considerando outros

fatores individuais, relacionais e familiares que possam contribuir para a compreensão deste fenómeno. O desenvolvimento de estudos longitudinais poderá igualmente permitir acompanhar a evolução das relações familiares ao longo do tempo e compreender de que forma as diferentes experiências ao longo da trajetória da criança se articulam com a manifestação da VFP. Desta forma, o aprofundamento desta área poderá contribuir para uma identificação mais precoce das dificuldades e para o desenvolvimento de respostas de acompanhamento e intervenção mais ajustadas às necessidades das famílias adotivas.

Referências

Agustina, J. R., & Romero, F. (2013). Análisis criminológico de la violencia filio-parental. *Revista de Derecho Penal y Criminología, (9)*, 225-266. https://revistas.uned.es/index.php/RDPC/article/view/24571/19464

Arias-Rivera, S., & García, V. (2020). Theoretical framework and explanatory factors for child-to-parent violence. A scoping review. *Anales de Psicología / Annals of Psychology, 36*, 220–231. https://doi.org/10.6018/analesps.338881

Askeland, K. G., Hysing, M., La Greca, A. M., Aare, I. E., Tell, G. S. & Sivertsen, T. (2017). Mental health in internationally adopted adolescents: A meta-analysis. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry, 56*, 203-213. https://doi.org/10.1016/j.jaac.2016.12.009

Barbosa-Ducharne, M., & Soares, J. (2021). Questionário sobre Experiências e Contextos do Passado da Criança. [Instrumento não publicado]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Barbosa-Ducharne, M., Soares, J., Palacios, J., Baptista, J., Alves, D., Cruz, O., Abreu Lima, I., Canário, C., Magalhães, E. (2023). *AdoPt - Adoptive families' strengths, difficulties, and service needs: A Portuguese follow-up study.* https://doi.org/10.17605/OSF.IO/2K3MB

Bowlby, J. (1969/1982). *Attachment and loss*: Vol. 1. Attachment. Basic Books

Brodzinsky, D. M. (2011). Children´s Understanding of Adoption: Developmental and Clinical Implications. *Professional Psychology: Research and Pratice, 42*, 200-207. https://doi.org/10.1037/a0022415

Brodzinsky, D., Gunnar, M., & Palacios, J. (2022). Adoption and trauma: Risks, recovery, and the lived experience of adoption. *Child Abuse & Neglect, 130*(Part 2), 1–13. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105309

Contreras, L., León, S. P., & Cano-Lozano, M. C. (2020). Assessing child-to-parent violence with the Child-to-Parent Violence Questionnaire, Parents' Version (CPVQ-P): Factor structure, prevalence, and reasons. *Frontiers in Psychology, 11* (604956), 1-8. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.604956

Coogan, D. (2014). Responding to child-to-parent violence: Innovative practices in child

and adolescent mental health. *Health & Social Work, 39*(2), 1-9. https://doi.org/10.1093/hsw/hlu011

Cuervo, K. (2023). A deeper understanding of Child to Parent Violence (CPV): Personal traits, family context, and parenting. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 67*(10-11), 1079–1105. https://doi.org/10.1177/0306624X211065588

Duncan, M., Fearon, P., & Woolgar, M. (2025). Primary and secondary trauma in adoptive parents. *Clinical Child Psychology and Psychiatry, 30*(1), 127-141. https://doi.org/10.1177/13591045241287563

Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D.F., Spitx, A. M., Edwards, V., Koss,M. P., & Marks, J. S. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults. The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American journal of preventive medicine, 14*(4), 245-258. https://doi.org/10.1016/s0749-3797(98)00017-8

Gallego, R., Novo, M., Fariña, F. & Arce, R. (2019) Child-to-parent violence and parent-to-child violence: A meta-analytic review. *European Journal of Psychology Applied to Legal Context, 11*(2), 51–59. https://doi.org/10.5093/ejpalc2019a4

Golm, D. (2024). Breaking the taboo: Let's talk about child-to-parent violence. *Adoption & Fostering, 48*(2), 163-166. https://doi.org/10.1177/03085759241263948

Gunnar, M. R. (2010). Reversing the effects of early deprivation after infancy: giving children families may not be enough. *Frontiers in Neuroscience, 4*, 170. https://doi.org/10.3389/fnins.2010.00170

Junco-Guerrero, M., Ruiz-Fernández, A., & Cantón-Cortés, D. (2021). Family environment and child-to-parent violence: The role of emotional insecurity. *Journal of Interpersonal Violence, 37*(15–16), NP13581–NP13602. https://doi.org/10.1177/08862605211006370

Kobak, R., Zajac, K., & Madsen, S. D. (2016). Attachment Disruptions, Reparative Processes, and Psychopathology: Theoretical and Clinical Implications. Em J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (3º ed., pp. 25-39). The Guilford Press.

Martín, A. M., De la Fuente, L., Hernández, A., Zaldívar, F., Ortega-Campos, E., &

García-García, J. (2022). Psychosocial profile of juvenile and adult offenders who acknowledge having committed child-to-parent violence. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 19*(1), 601. https://doi.org/10.3390/ijerph19010601

McSherry, D., & McAnee, G. (2022). Exploring the relationship between adoption and psychological trauma for children who are adopted from care: A longitudinal case study perspective. *Child Abuse & Neglect, 130*(Pt 2), 105623. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105623

Narayan, A. J., Lieberman, A. F., & Masten, A. S. (2021). Intergenerational transmission and prevention of adverse childhood experiences (ACEs). *Clinical Psychology Review, 85*, 101997. https://doi.org/10.1016/j.cpr.2021.101997

Navas-Martínez, M., & Cano-Lozano, M. C. (2023). Relationship between child-toparent violence and cumulative childhood adversity: The mediating role of parental attachment, resilience, and emotional intelligence. *Frontiers in Psychology, 14*, 1135419. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1135419

Navas-Martínez, M. J., & Cano-Lozano, M. C. (2022b). Profile of the victimized agresor in child-to-parent violence: differences acording to the type of victimization. *International Journal of Clinical and Health Psychology 22*(2), 100303. https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2022.100302

Nelson, C. A., Scott, R. D., Bhutta, Z. A., Harris, N. B., Danese, A. & Smara, M. (2020). Adversity in childhood is linked to mental and physical health throughout life. *British Medical Journal, 371*, m3048. http://dx.doi.org/10.1136/bmj.m3048

Ortega, R. M. (2017). Es siempre la familia el principal factor de riesgo en la violencia filioparental?. *Revista sobre la infancia y la adolescencia, 12*, 1-29. http://dx.doi.org/10.4995/reinad.2017.6433

Palacios, J., & Brodzinsky, D. (2010). Adoption research: Trends, topics, outcomes. *International Journal of Behavioral Development, 34*, 270-284. https://doi.org/10.1177/0165025410362837

Projeto Adopt. (2021). Questionário Sociodemográfico. [Instrumento não publicado]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Real Life Research. (2015). An evaluation of REACh: Routine enquiry into adversity in

childhood. https://warrenlarkinassociates.co.uk/wp-content/uploads/2019/01/july29-final-full-evaluation-report-for-reach-1.pdf

Rogers, M. M., & Ashworth, C. (2024). Child-to-parent violence and abuse: *A scoping review.Trauma, Violence & Abuse, 25*(4), 3285-3298. https://doi.org/10.1177/15248380241246033

Scott, D., K. (2021). Adverse childhood experiences. *InnovAiT: Education and Inspiration for General Practice, 2021, Vol. 14*(1), 6–11 https://doi.org/10.1177/1755738020964498

Selwyn, J & Meakings, S. (2016, July). Adolescent-to-Parent Violence in Adoptive Famlies. *The British Journal of Social Work, 46*(5), 1224-1240. https://doi.org/10.1093/bjsw/bcv072

Shonkoff, J., & Garner, A. (2012) The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress. *American Academy of Paediatrics, 129*(1), 232–246. https://doi.org/10.1542/peds.2011-2663

Simmons, M., McEwan, T. E., & Purcell, R. (2022). A Social-Cognitive Investigation of Young Adults Who Abuse Their Parents. *Journal of Interpersonal Violence, 37*, 327-349. https://doi.org/10.1177/0886260520915553

Soares, J., Henrique, B., & Barbosa-Ducharne, M. (2023). The Portuguese version of Child-to-Parent Violence Questionnaire – Parents' Version (CPV-Q-P). [Instrumento não publicado]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Skandrani, S., Harf, A., & Husseini, M. E. (2019). The Impact of Children's Pre-Adoptive Traumatic Experiences on Parents. *Frontiers in Psychiatry, 10*, Article 866. https://doi.org/10.3389/fpsyt.2019.00866

Soares, J., Ralha, S., Barbosa-Ducharne, M., & Palacios, J. (2019). Adoption-related gains, losses and difficulties: The adopted child´s perspective. *Child and Adolescent Social Work Journal, 36*(3), 259-268. https://doi.org/10.1007/s10560-018-0582-0

Sousa, A. M. G. (2025). *Violência Filio-Parental em Famílias Adotivas: Ameaça à Estabilidade da Adoção?* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto] https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/170662/2/748738.pdf

Tottenham, N. (2020). Early adversity and the neotenous human brain. *Biological*

Psychiatry, 87(4), 350–358. https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2019.06.018

Zeanah, C. H., Scheeringa, M., Boris, N. W. S. S., Heller, S. S., Smyke, A. T., & Trapani, J. (2004). Reactive attachment disorder in maltreated toddlers. *Child Abuse & Neglect, 28*(8), 877–888. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2004.01.010

Tabela 1

Experiências de Adversidade na Infância: Tipos e Frequência

Tipo de ACE/Fatores de Risco	*n*	%
Experiência de perda/separação/retirada da família biológica	173	100%
Experiência de institucionalização	168	97.1%
Falta de competências parentais	131	75.7%
Negligência	121	69.9%
Consumo de substâncias	73	42.2%
Abandono	59	34.1%
Violência doméstica	37	21.4%
Doença mental de um ou dos dois progenitores	29	16.8%
Maltrato físico	28	16.2%
Gravidez adolescente	22	12.7%
Maltrato psicológico	21	12.1%
Crime/Prisão	11	6.4%
Prostituição	4	2.3%
Dificuldades económicas	4	2.3%
Abuso sexual	3	1.7%
Gravidez indesejada	3	1.7%
Problemas de saúde física	3	1.7%
Orfandade	2	1.2%
Tráfico humano	2	1.2%
Ausência de retaguarda familiar	2	1.2%
Pai desconhecido	2	1.2%
Debilidade intelectual/atraso mental	1	0.6%
Disfuncionalidade familiar	1	0.6%
Ser criança estrangeira não acompanhada	0	0%

Tabela 2

Experiências de Adversidade na Infância e Fatores de Risco: Coocorrências

ACEs/Fatores de Risco	O	E	O/E	χ^2	φ	*p*
Falta de Competências Parentais x Negligência	105	94.4	1.11	19.51	.34	< .001
Falta de Competências Parentais x Consumo de Substância	59	56.9	1.04	0.61	.06	.435
Falta de Competências Parentais x Abandono	48	44.4	1.08	1.95	.11	.162
Falta de Competências Parentais x Violência Doméstica	34	28.9	1.18	5.35	.18	.021
Falta de Competências Parentais x Doença Mental	23	22.6	1.02	0.04	.02	.849
Falta de Competências Parentais x Maltrato Físico	26	21.8	1.19	4.33	.16	.037
Falta de Competências Parentais x Gravidez Adolescente	10	17.2	0.58	15.59	-.31	<.001
Falta de Competências Parentais x Maltrato Psicológico	21	16.4	1.28	6.78	.20	.009
Falta de Competências Parentais x Crime/Prisão	9	8.6	1.05	0.10	.03	.750
Negligência × Consumo de Substância	66	52.6	1.25	21.66	.36	<.001
Negligência × Abandono	33	41.3	0.80	8.36	-.22	.004
Negligência × Violência Doméstica	35	26.6	1.32	12.00	.27	<.001
Negligência × Doença Mental	27	20.9	1.29	7.73	.21	.005
Negligência × Maltrato Físico	26	19.6	1.33	8.34	.22	.004
Negligência × Gravidez Adolescente	6	15.8	0.38	25.16	-.39	<.001
Negligência × Maltrato Psicológico	20	14.7	1.36	7.28	.21	.007
Negligência × Crime/Prisão	9	7.9	1.14	0.56	.06	.454
Consumo de Substância × Abandono	27	24.8	1.09	0.54	.06	.463
Consumo de Substância × Violência Doméstica	25	16.1	1.55	11.23	.26	<.001
Consumo de Substância × Doença Mental	19	12.6	1.51	6.95	.20	.008
Consumo de Substância × Maltrato Físico	15	12.2	1.23	1.40	.09	.237
Consumo de Substância × Gravidez Adolescente	3	9.6	0.31	9.16	-.23	.002
Consumo de Substância × Maltrato Psicológico	14	9.1	1.54	5.26	.18	.022
Consumo de Substância × Crime/Prisão	7	4.8	1.46	1.95	.11	.162
Abandono × Violência Doméstica	10	12.6	0.79	1.01	-.08	.315
Abandono × Doença Mental	7	9.8	0.71	1.50	-.09	.221
Abandono × Maltrato Físico	7	9.5	0.74	1.23	-.08	.267
Abandono × Gravidez Adolescente	12	7.5	1.60	4.80	.17	.028

ACEs/Fatores de Risco	O	E	O/E	χ^2	φ	*p*
Abandono × Maltrato Psicológico	5	7.2	0.69	1.13	-.08	.288
Abandono × Crime/Prisão	6	3.7	1.62	2.23	.12	.135
Violência Doméstica × Doença Mental	11	6.4	1.72	5.16	.18	.023
Violência Doméstica × Maltrato Físico	18	6.2	2.90	34.95	.46	<.001
Violência Doméstica × Gravidez Adolescente	1	4.8	0.21	4.50	-.16	.034
Violência Doméstica × Maltrato Psicológico	13	4.6	2.83	22.23	.36	<.001
Violência Doméstica × Crime/Prisão	4	2.4	1.67	1.41	.09	.235
Doença Mental × Maltrato Físico	9	4.8	1.88	5.21	.18	.022
Doença Mental × Gravidez Adolescente	0	3.8	0.00	6.28	-.18	.022
Doença Mental × Maltrato Psicológico	4	3.6	1.11	0.05	.02	.817
Doença Mental × Crime/Prisão	0	1.9	0.00	2.46	-.12	.117
Maltrato físico × Gravidez Adolescente	0	3.7	0.00	5.06	-.17	.024
Maltrato físico × Maltrato psicológico	14	3.4	4.12	44.90	.51	<.001
Maltrato físico × Crime/Prisão	2	1.8	1.11	0.02	.01	.889
Gravidez Adolescente × Maltrato psicológico	0	2.8	0.00	3.62	-.15	.057
Gravidez Adolescente × Crime/Prisão	1	1.4	0.71	0.17	-.03	.684
Maltrato psicológico × Crime/prisão	4	1.4	2.86	6.13	.19	.013

Nota. O = frequência observada de participantes expostos simultaneamente às duas experiências; E = frequência esperada sob a hipótese de independência; O/E = rácio entre as frequências observada e esperada. Valores de O/E > 1 indicam coocorrência superior à esperada, O/E ≈ 1 coocorrência próxima da esperada e O/E < 1 coocorrência inferior à esperada.

Tabela 3

Matriz de Correlações entre EAI e Fatores de Risco

	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**11**	**12**	**14**
1	1	.22**	.21**	.09	.21**	.27***	.36***	.06	-.22**	-.05	-.05	.04
2		1	.51***	.18*	.18*	.46***	.09	.01	-.08	-.05	.10	-.12
3			1	.09	.02	.36***	.18*	.19*	-.08	-.04	-.04	-.04
4				1	.06	.25***	-.03	-.04	-.10	-.01	-.02	.02
5					1	.16*	.20**	-.12	-.09	-.05	-.05	.08
6						1	.26***	.09	-.08	-.06	.07	.01
7							1	.11	.06	-.10	-.10	-.06
8								1	.12	-.03	-.03	.05
9									1	.04	-.08	.12
11										1	-.01	.02
12											1	.02
14												1

Nota: 1. Negligência; 2. Maltrato físico; 3. Maltrato psicológico; 4. Abuso sexual; 5. Doença mental de um ou dos dois progenitores; 6. Violência doméstica; 7. Consumo de substâncias; 8. Crime/Prisão; 9. Abandono; 11. Orfandade; 12. Tráfico humano; 14. Experiência de institucionalização. Os itens 10. Ser criança estrangeira não acompanhada e 13. Experiência de perda/separação/retirada da família biológica foram excluídos da amostra devido a uma constância de uma das variáveis.

*p < .050., **p < .010., ***p < .001

Tabela 4

Domínios de Adversidade: Descritivas

Exposição por Domínio de Adversidade	*n*	%
Maus-Tratos Diretos (Negligência; maltrato físico; maltrato psicológico; abuso sexual; tráfico humano)	125	72.3
Disfuncionalidade no Contexto Familiar (Violência doméstica; consumo de substâncias; doença mental de um ou dos dois progenitores; crime/prisão; prostituição; disfuncionalidade familiar)	97	56.1
Perda, separação e descontinuidade dos cuidados (Abandono; orfandade; perda/separação/retirada da família biológica; institucionalização; ser criança estrangeira não acompanhada)	173	100
Vulnerabilidade Sociofamiliar e Parental (Falta de competências parentais; dificuldades económicas; ausência de retaguarda familiar; pai desconhecido; Gravidez adolescente; gravidez indesejada; Problemas de saúde física; debilidade intelectual/atraso mental	150	86.7
Número de Domínios de Adversidade	*n*	%
1 domínio	6	3.5
2 domínios	37	21.4
3 domínios	55	31.8
4 domínios	75	43.4

Tabela 5

Violência Filio-Parental: Análises Descritivas

Dimensões VFP	*M*	*DP*	*Min. – Máx.*
1. Comportamento de controlo	*3.79*	*2.51*	*0.00 – 13.00*
2. Violência psicológica	*2.17*	*3.36*	*0.00 – 14.00*
3 Violência financeira	*0.90*	*1.90*	*0.00 – 7.00*
4. Violência física	*0.77*	*2.09*	*0.00 – 12.00*
5. VFP Total	*7.63*	*8.01*	*0.00 – 46.00*

Nota: Os itens foram avaliados numa escala *Likert* de 5 pontos (0 = *Nunca* a 4 = *Muito Frequentemente*).

Tabela 6

Matriz de Correlações entre as Dimensões da VFP e as EAI/Fatores de Risco Individuais

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1	1	.58***	.54***	.62***	.89***	.02	.06	.12	-.10	.04	-.04	.07	.04	-.01	.22	-.12	-.01	.06
2		1	.42**	.51***	.76***	.05	-.06	.08	-.02	-.10	-.02	.16	-.14	.03	-.04	-.12	-.05	-.04
3			1	.47***	.72***	-.01	-.04	-.05	-.10	.12	-.20	.18	-.20	.12	-.14	-.13	-.07	-.01
4				1	.82***	-.01	-.11	.10	-.02	.13	.09	.08	.07	.01	.17	-.11	.12	.010
5					1	.02	-.04	.09	-.08	.06	.05	.14	-.05	.03	.10	-.15	.01	.04
6						1	.22**	.21**	.09	-.22**	.21**	.34** *	.27***	.36***	.06	-.39***	-.12	.58***
7							1	.51***	.18*	-.08	.18*	.16*	.46***	.09	.01	-.17*	-.04	.58***
8								1	.09	-.08	.02	.20**	.36***	.18*	.19*	-.15	-.03	.54***
9									1	-.10	.06	.07	.25***	-.03	-.04	-.05	-.01	.21**
10										1	-.09	.11	-.08	.06	.12	.17*	.11	.19*
11											1	.02	.18*	.20**	-.12	-.18*	-.04	.41***
12												1	.18*	.06	.03	-.31***	-.15	.28***
13													1	.259***	.092	-.164*	.146	.66***
14														1	.11	-.23**	-.07	.60***
15															1	-.03	-.02	.28***
16																1	.20**	-.30***
17																	1	-.01
18																		1

Nota: 1. Violência psicológica; 2. Violência física; 3. Violência financeira; 4. Comportamentos de controlo; 5. VFP total; 6. Negligência; 7. Maltrato físico; 8. Maltrato psicológico; 9. Abuso sexual; 10. Abandono; 11. Doença mental de um ou dos dois progenitores; 12. Falta de competências parentais; 13. Violência doméstica; 14. Consumo de substâncias; 15. Crime/Prisão; 16. Gravidez adolescente; 17. Disfuncionalidade familiar; 18. ACEs total.

*< .050., **p < .010., ***p < .001